

ANEXO VII

DIAGNÓSTICO COVID-19 E O USO DE INSTRUMENTOS DE COMUNICAÇÃO REMOTA JUNTO AO PÚBLICO DO PROJETO REDES

1. APRESENTAÇÃO

A presente análise representa um esforço essencial do Projeto Redes para construir uma previsão das atividades, uma vez que a pandemia restringiu as atividades previstas no Plano de Trabalho à comunicação remota, inclusive no final da Fase I. A fase II se iniciou em um contexto de impossibilidade de ações presenciais. Na atual conjuntura, a vacinação já alcançou parcela considerável das populações abrangidas pelo Redes, motivo pelo qual as atividades presenciais puderam ser iniciadas.

Em termos metodológicos, foram levantadas informações secundárias de diferentes fontes, tendo em vista que cada estado e cada município possui estruturas distintas de monitoramento da pandemia, além da inexistência de um protocolo único de monitoramento. Os dados secundários coletados resultam, portanto, de uma compilação de informações de diferentes fontes com diferentes métodos de coleta e registro. Os dados primários foram levantados diretamente pelos educadores por meio de entrevistas com lideranças comunitárias durante as atividades de contato remoto.

As informações contidas nesse documento se referem a dados coletados até o dia 03 de outubro de 2021, representando resultados parciais. A versão final será entregue em fevereiro de 2022. O presente relatório contém informações sobre o número de contaminados, número de óbitos e número de vacinados em nível estadual (RJ e SP) e municipal. Para construir os gráficos com os dados municipais, foram utilizadas as seguintes fontes:

Estado de São Paulo¹:

- Centro de Vigilância Epidemiológica (CVE);

¹ Esses dados podem ser acessados através dos sites: <https://www.seade.gov.br/coronavirus/>; https://vacinaja.sp.gov.br/vacinometro/?utm_source=portal&utm_medium=banner-topo&utm_campaign=Vacinometro-Municipio. Acesso em 25/10/2021.

- Coordenadoria de Controle de Doenças (CCD),
- Secretaria de Estado da Saúde de São Paulo (SES- SP)

Estado do Rio de Janeiro:

- Painel Corona Vírus da Secretaria de Saúde do Estado do Rio de Janeiro (SES-RJ)²
- “Vacinômetro Estado do Rio de Janeiro” da Secretaria de Saúde do Estado do Rio de Janeiro. (SES-RJ)³

Cabe ressaltar que as informações possuem níveis de detalhamento diversos. Por exemplo, sobre o número de vacinados é apenas apresentado o número total, não existindo disponível número mês a mês, o que se difere do número de contaminados e de óbitos.

2. CONTEXTO EPIDEMIOLÓGICO E DE VACINAÇÃO NA ABRANGÊNCIA DO PROJETO REDES

2.1. Escala estadual (Rio de Janeiro e São Paulo)

Em termos estaduais, pode-se observar, a partir do gráfico da figura 1, que a evolução do número de contaminações de São Paulo e Rio de Janeiro apresentou comportamentos distintos. É importante levar em consideração que os dados apresentados se referem ao número total de contaminados, o que evidentemente terá relação com o número total de habitantes por estado, tendo em vista que a população de São Paulo é quase três vezes maior do que a do Rio de Janeiro.

Os maiores números de contaminados para o estado de São Paulo ocorreram entre março e julho de 2021, ainda que o mês de maio tenha apresentado leve queda em relação ao mês anterior. A redução das contaminações se inicia em julho, acompanhando o avanço da vacinação que será apresentado adiante. No estado do Rio de Janeiro, de fevereiro até maio observa-se um aumento progressivo no número de contaminações que

² Acessado em: <https://painel.saude.rj.gov.br/monitoramento/covid19.html#>. Acessado em 25/10/2021

³ Acessado pelo site <https://vacinacaocovid19.saude.rj.gov.br/vacinometro#>. Acessado em 25/10/2021

começa a decrescer em junho. Após julho, o número de contaminados volta a aumentar em agosto e setembro (figura 1).

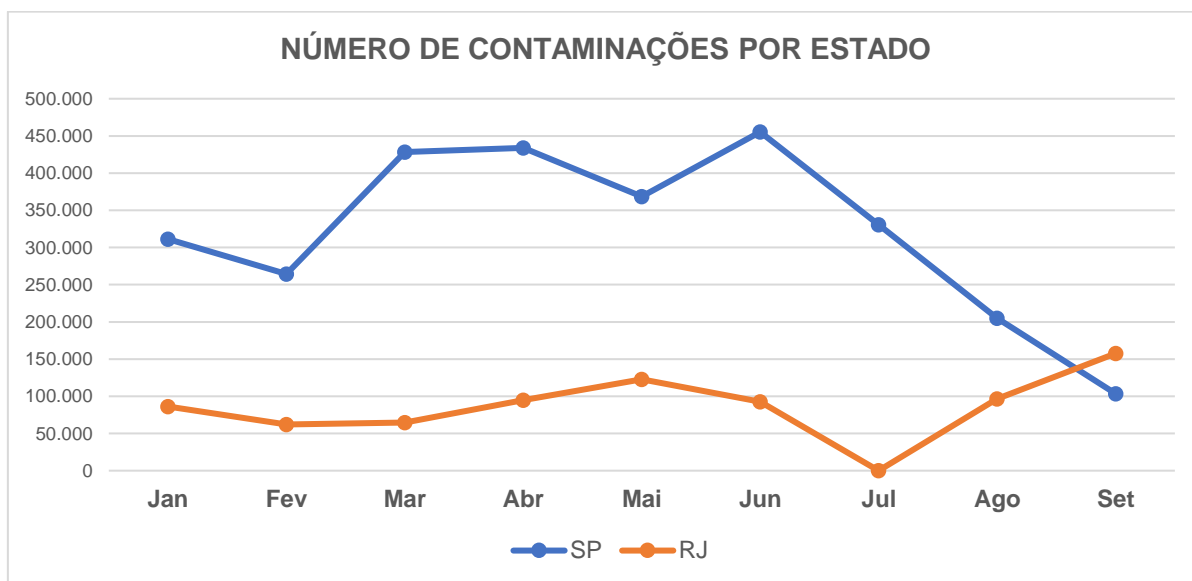


Figura 1: Gráfico de contaminação por Estado (RJ e SP). Fonte: Governos dos Estados do Rio de Janeiro e São Paulo (2021)

Em relação ao número de óbitos, observa-se, em ambos os estados, uma redução a partir do mês de maio, ainda que em SP o mês de junho tenha apresentado leve aumento relativo ao mês anterior (figura 2).

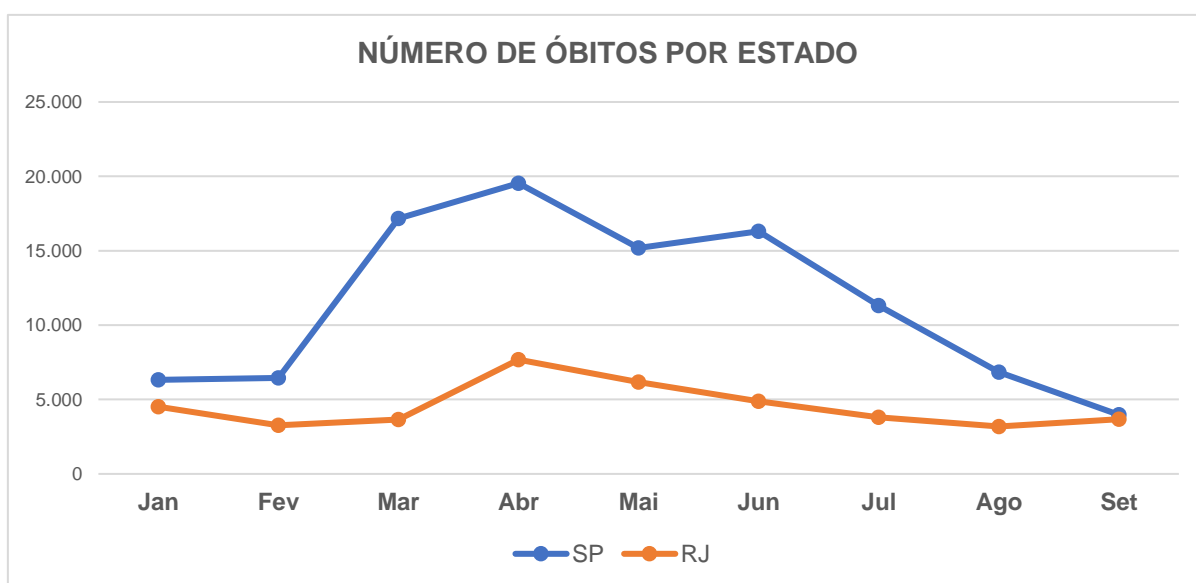


Figura 2: Número de óbitos por Estado (RJ e SP). Fonte: Governos dos Estados do Rio de Janeiro e São Paulo (2021)

Com base no gráfico seguinte, da evolução da vacinação no estado de São Paulo, percebe-se que a redução do número de óbitos acompanhou o avanço da vacinação, que começa a aumentar a partir do mês de maio/2021.

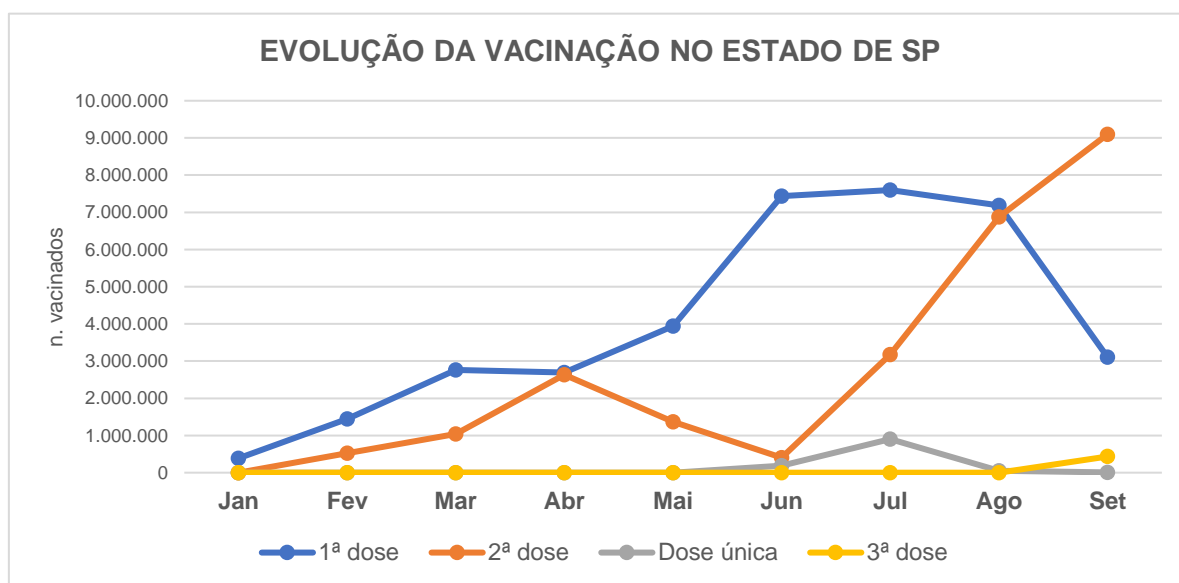


Figura 3: Evolução da vacinação no Estado de São Paulo. Fonte: Governo do Estado de São Paulo.

A relação entre número de óbitos e avanço da vacinação para o estado do Rio de Janeiro não foi possível de ser observada, pois os dados de vacinação disponíveis dizem respeito apenas ao número de doses de vacina distribuídas no estado (tabela 1).

Tabela 1: Total de doses de vacinas distribuídas no Estado do Rio de Janeiro. Fonte: Governo do Estado do Rio de Janeiro (coletado em 03 de outubro de 2021).

1ª Dose	2ª Dose	Dose única	Total
12.179.675	7.103.183	353.666	19.636.524

2.2. Escala municipal

Entre os municípios abrangidos pelo Projeto Redes, Caraguatatuba foi o município que apresentou o maior número de contaminação em sete dos nove meses levantados (figura 4).

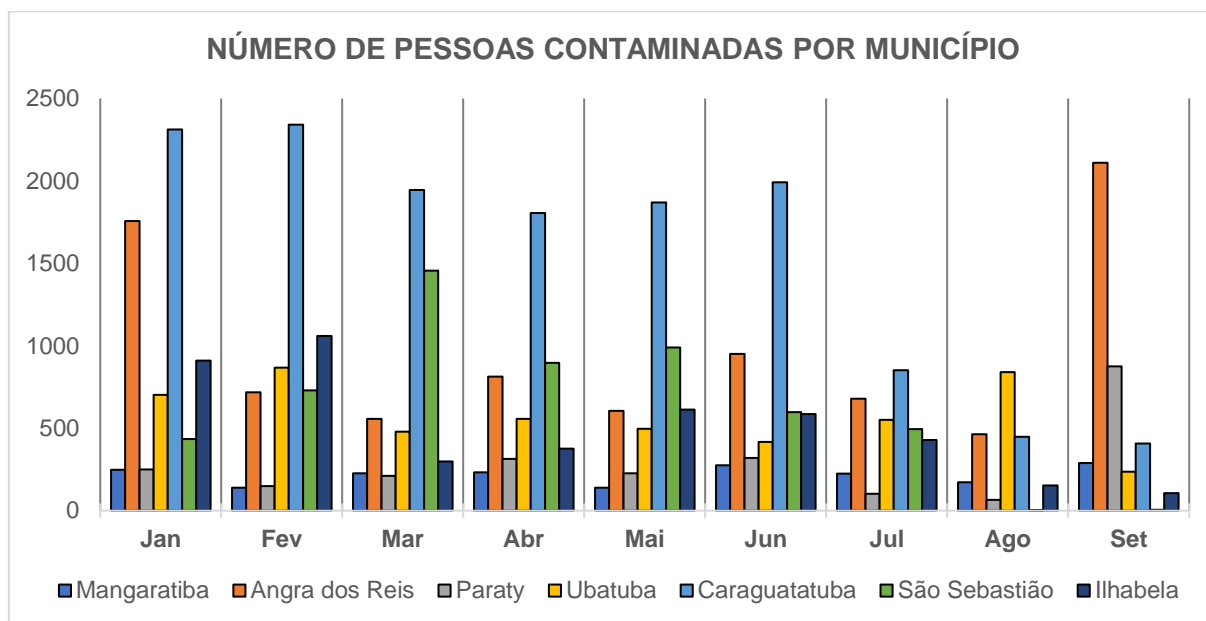


Figura 4: Número de pessoas contaminadas por município. Fonte: Governos dos Estados do Rio de Janeiro e São Paulo (2021)

Angra dos Reis também apresentou destaque com alto número de pessoas contaminadas em relação aos demais municípios nos meses de janeiro e setembro. No entanto, Angra dos Reis tem uma população estimada (IBGE, 2021) consideravelmente maior do que os outros municípios do projeto (figura 5). Chama a atenção a continuidade do número de contaminados em Caraguatatuba e o decréscimo de Angra dos Reis até o mês de agosto, principalmente levando em consideração o quesito populacional. Em setembro, no entanto, Angra dos Reis apresentou seu maior número de casos do período, com provável influência da variante Delta.

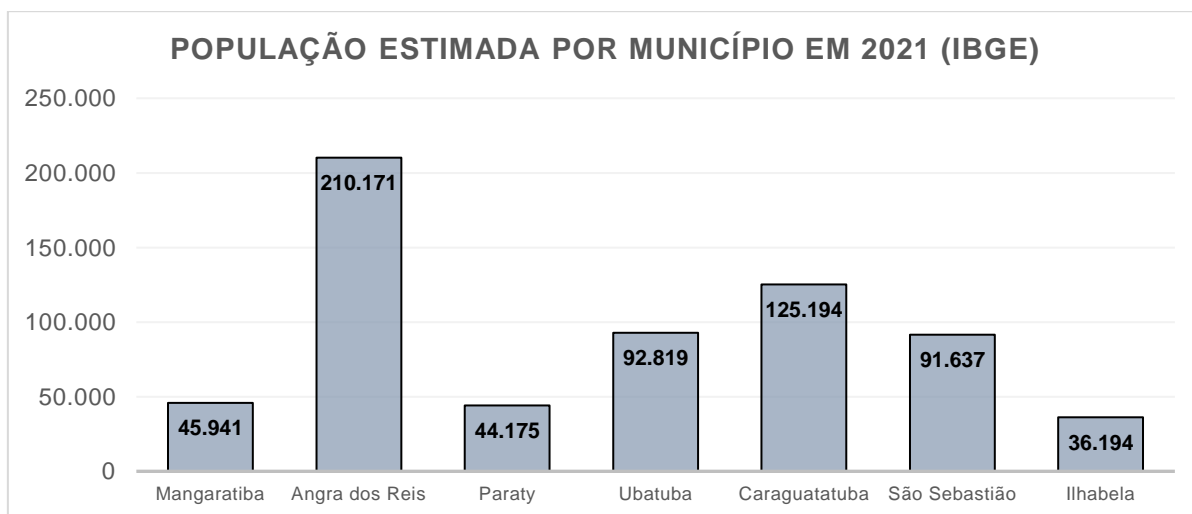


Figura 5: População estimada por município do Projeto Redes para o ano de 2021. Fonte: IBGE Cidades – acessado em 03 de outubro de 2021.

Angra dos Reis e Caraguatatuba também se destacaram entre os municípios que apresentaram o maior número de óbitos no período analisado (figura 6). É possível observar, no entanto, que com o avanço da vacinação em junho (com base nos dados para o estado de São Paulo apresentados na figura 3), tanto o número de pessoas contaminadas quanto o número de óbitos nos dois municípios apresentaram redução considerável no mês de julho em diante, com exceção de pessoas contaminadas em Angra em setembro.

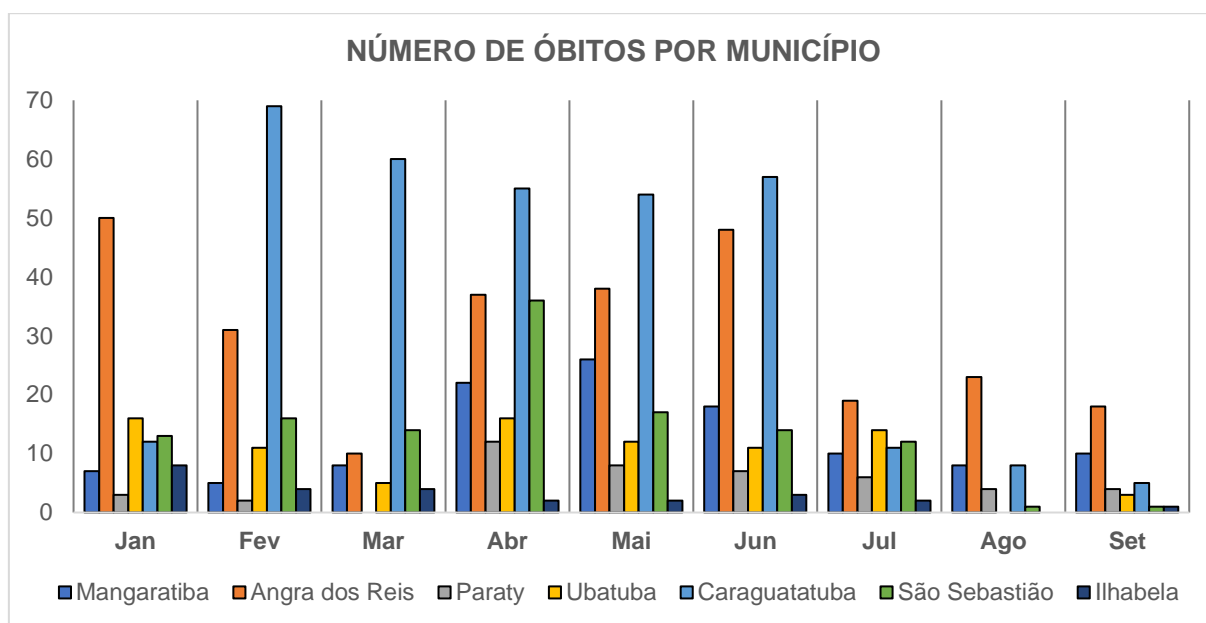


Figura 6: Número de óbitos por município. Fonte: Governos dos Estados do Rio de Janeiro e São Paulo (2021).

Um dado interessante de se destacar é que no município de Angra dos Reis, apesar de ter apresentado o maior número de contaminados do período no mês de setembro, o número de óbitos se manteve “controlado” e bem abaixo do número de óbitos apresentado antes do avanço da vacinação (junho).

O gráfico a seguir (figura 7) apresenta a situação geral da vacinação nos municípios abrangidos pelo Projeto Redes em relação à população total de cada município. O município de Ilhabela é o mais avançado, tendo em vista também que é o município de menor população. Em oposição, Angra dos Reis, apesar de já ter vacinado em grande quantidade, por ser o município de maior população, é o município mais distante em termos quantitativos de atingir toda sua população vacinada com pelo menos uma dose.

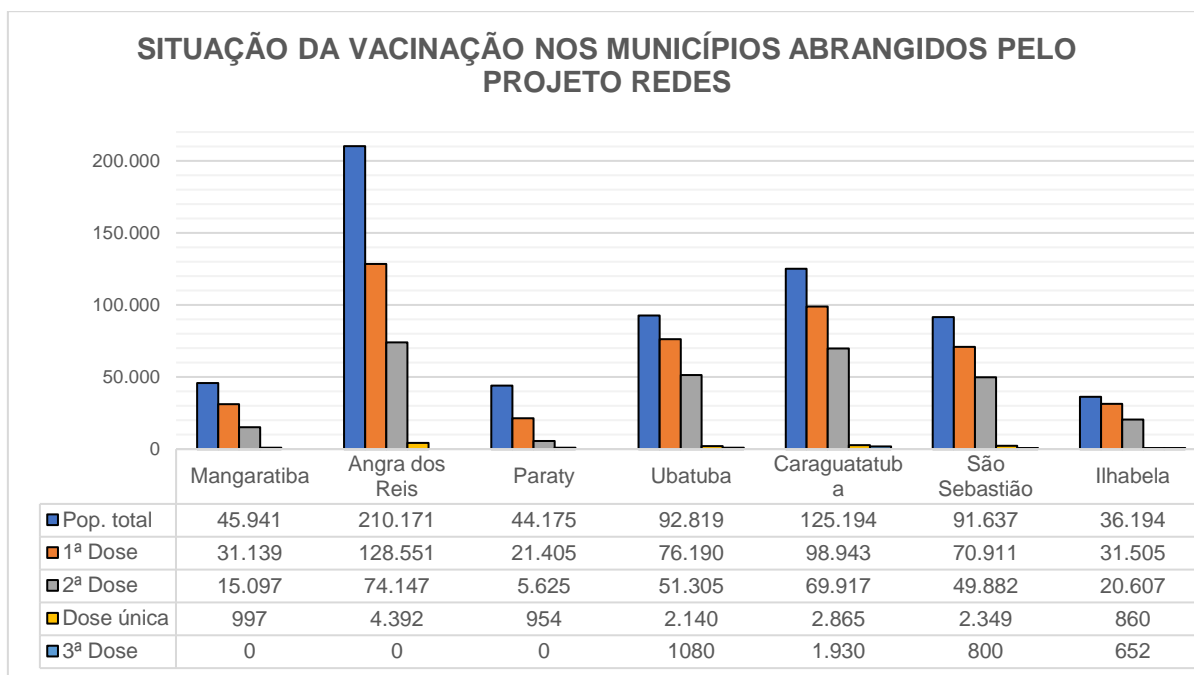


Figura 7: Situação da vacinação nos municípios abrangidos pelo Projeto Redes até 03 de outubro de 2021. Fonte: Governos dos Estados do Rio de Janeiro e São Paulo (2021).

Em termos percentuais, Ilhabela se destaca novamente, com 87% da população vacinada com pelo menos uma dose (figura 8). Todos os municípios apresentaram mais de 60% de pessoas vacinadas com pelo menos uma dose, com exceção de Paraty (48,5%).

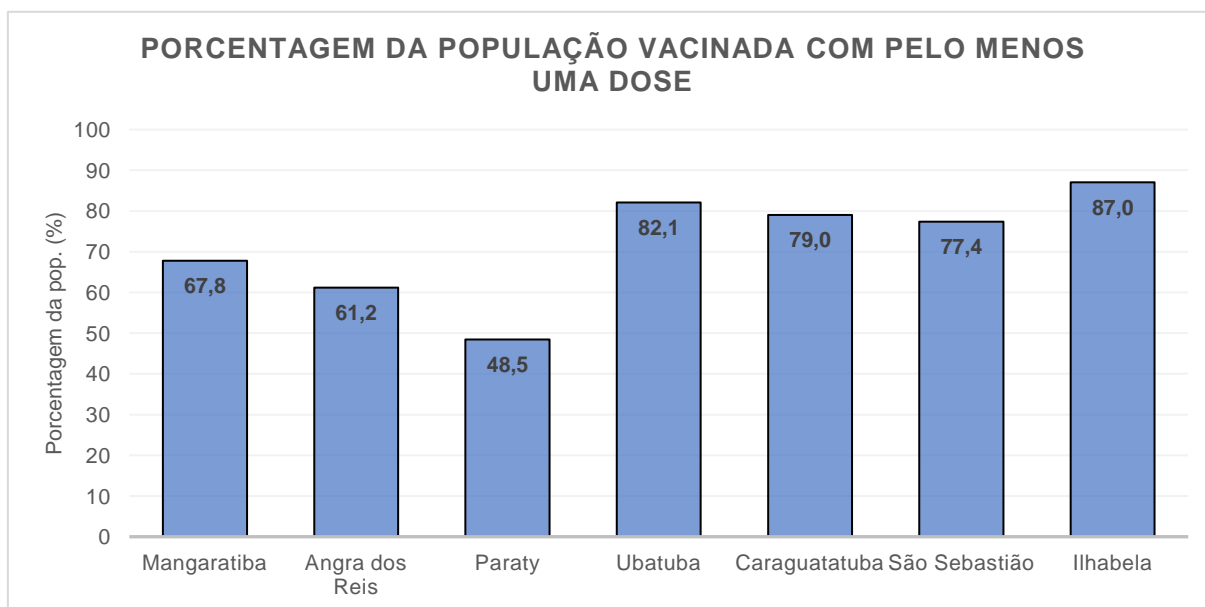


Figura 8: Porcentagem da população vacinada nos municípios abrangidos pelo Projeto Redes até 03 de outubro de 2021. Fonte: Governos dos Estados do Rio de Janeiro e São Paulo (2021); IBGE Cidades.

3. MONITORAMENTO COVID-19 NAS COMUNIDADES: UM PANORAMA DA SITUAÇÃO EPIDEMIOLÓGICA, SOCIOECONÔMICA E DE COMUNICAÇÃO

A pandemia de Covid-19 teve impactos diversos e multifacetados sobre as cento e onze comunidades com as quais o “Projeto Redes: tecendo saberes, construindo autonomia” trabalha. Como evidenciou o levantamento de dados, sistematizados nos quadros apresentados ao final deste documento, a pandemia e o consequente distanciamento social para controlar a dispersão do vírus impactaram os rendimentos econômicos das comunidades, suas capacidades de comunicação com o mundo externo, e a saúde dos comunitários de modo geral.

Principalmente a partir de setembro de 2021, aparentemente, as comunidades adentraram em um novo momento da pandemia, caracterizado, de modo geral, pela regressão do número de contágios e óbitos, pelo avanço na taxa de vacinação, e no qual os comunitários estão retomando suas atividades econômicas de modo mais estável. Apesar do momento de otimismo e de retorno do projeto às suas atividades presenciais, essa tendência precisa ser confirmada nos próximos meses, e o panorama aqui apresentado diz respeito ao monitoramento realizado nas comunidades até o mês de setembro de 2021.

3.1. Impactos socioeconômicos

No que diz respeito à situação socioeconômica das comunidades, nota-se que as comunidades mais envolvidas com o setor do turismo relataram maiores prejuízos econômicos no contexto da pandemia. A diminuição de renda devido ao fechamento de bares, restaurantes, pousadas e demais estabelecimentos, e a consequente dificuldade de escoamento de produtos da pesca e da aquicultura, dificultaram o acesso de parte da população a bens básicos. Segundo relatos de um morador da Enseada das Palmas (Angra dos Reis - RJ):

Foi relatada a grande redução das atividades do turismo. No inverno, entre junho e agosto, já são normalmente os piores meses do ano para a comunidade,

que tem no turismo a principal atividade econômica, piorando com a pandemia. Há a interrupção quase total da atividade dos comunitários que antes da pandemia trabalhavam com taxi boat. Sem recursos para se manter, algumas pessoas precisaram ir embora da comunidade. Quase todos que trabalhavam com comércio tiveram que fechar, apenas os restaurantes seguem, porém com muita dificuldade e atividade reduzida, já que o movimento está muito fraco. (Entrevista Projeto Redes, junho de 2021).

Esse tipo de relato foi comum nos três mesoterritórios e evidencia o impacto da gestão governamental da pandemia sobre comunidades de pesca artesanal. Em comunidades que mantiveram as atividades de turismo, foi possível diagnosticar receio da população em ter contato próximo com turistas em um momento em que a vacinação ainda estava restrita a grupos de maior faixa etária, o que também agravou a fragilidade socioeconômica.

Conforme os dados levantados ao longo do diagnóstico do Projeto Redes, a situação socioeconômica das comunidades converge, em parte, com o modo como as desigualdades socioeconômicas têm se acentuado no contexto pandêmico nacional. Ao longo de 2020 e 2021, o aumento do preço dos alimentos e a queda na renda das famílias concorreram para o aumento do número de domicílios que vivem em condição de insegurança alimentar (FOOD FOR JUSTICE, 2021) no Brasil, o que parece estar refletido também nos territórios de atuação do Projeto Redes. Por exemplo, em maio de 2021, foi relatada por um morador da Comunidade Aventureiro (Angra do Reis - RJ) a extrema necessidade de apoio alimentar no período da baixa temporada: *“Há muitos moradores precisando de apoio com alimentação, pois o turismo que já costumava ser fraco fora do período do verão no Aventureiro, agora está ainda mais escasso”*⁴.

Cabe ainda mencionar que, em nível nacional, os impactos sobre a renda e a alimentação foram ainda maiores nas unidades familiares cujo responsável é do sexo feminino e da cor negra (FOOD FOR JUSTICE, 2021), o que é o caso de muitas famílias das comunidades com as quais o projeto trabalha. Com isso, monitorar as convergências de raça e gênero sobre as vulnerabilidades socioeconômicas das comunidades é um tema que tem se tornado relevante no âmbito do Projeto Redes.

Com o avanço da vacinação em praticamente todos os sete municípios abrangidos pelo Projeto, o que se deu de modo mais notável a partir dos meses de julho/agosto, a

⁴ Projeto Redes, Entrevista Comunidade do Aventureiro. Maio de 2021.

maior parte das comunidades iniciaram a retomada de parte importante das atividades econômicas, como o escoamento do pescado e o Turismo de Base Comunitária. O gradual retorno às atividades econômicas pode ter consequências importantes para a diminuição da fragilidade socioeconômica das comunidades, algo que o projeto continuará monitorando nos próximos meses.

3.2. Impactos epidemiológicos

Como mencionado, a vacinação se acelerou nas comunidades abarcadas pelo projeto a partir dos meses de julho e agosto. Grande parte dos comunitários envolvidos no projeto relataram ter recebido a segunda dose no mês de setembro. Com isso, é possível sugerir uma correlação entre o aumento da vacinação nos municípios, expressa no relato dos comunitários a partir do mês de julho, e a diminuição do número de óbitos desde julho, tanto no Estado do Rio de Janeiro quanto no Estado de São Paulo, como apontado na introdução deste relatório.

Nacionalmente, diversos fatores contribuíram para a baixa adesão da população às políticas de isolamento social, dentre os quais podemos apontar a diminuição da renda familiar e o baixo valor dos auxílios econômicos cedidos pelo governo federal para manutenção das famílias, principalmente em 2021. Somados ao início tardio da vacinação contra Covid-19 no Brasil⁵, ao ritmo lento de aplicação de doses, principalmente nos primeiros meses, e ao surgimento de variantes mais contagiosas, tais fatores resultaram em um aumento vertiginoso no número de contaminações e mortes pela pandemia no primeiro semestre de 2021⁶. Contudo, no geral, as comunidades não relataram aumento exponencial no número de contaminações e de óbitos, ainda que tenha sido possível notar medo de parte dos comunitários de retornar às atividades cotidianas normais antes do avanço da vacinação.

Assim, é possível sugerir que, apesar da diversidade de comunidades inseridas no projeto, as próprias configurações geográficas dos territórios, alguns dos quais são de difícil ou impossível acesso por meio terrestre, favoreceram algum distanciamento social,

⁵ O Brasil iniciou sua campanha de vacinação no dia 17 de Janeiro. No dia 16, cinquenta e seis países já haviam iniciado suas campanhas: <<https://www.cnnbrasil.com.br/saude/quais-os-paises-que-ja-comecaram-a-vacinacao-contra-a-covid-19/>>, acesso em outubro de 2021.

⁶ <<https://www.bbc.com/portuguese/brasil-57095706>>, acesso em outubro de 2021.

principalmente com forasteiros, e podem ter contribuído para as baixas taxas de contaminação que foram relatadas em muitos dos casos.

Outra possibilidade é a de que os comunitários não se sentiram confortáveis em relatar informações sobre o avanço da pandemia em suas comunidades. Especialmente em microterritórios nos quais a relação entre comunitários e educadores é nova, ou em que as comunidades foram incluídas no Projeto Redes apenas nesta segunda fase, nota-se que o diálogo entre educadores e comunitários foi permeado por descontinuidades, e houve dificuldade em conseguir informações. Essa situação foi bastante recorrente no Mesoterritório São Paulo (SP), onde muitos dos educadores têm contato recente com as comunidades, que muitas vezes se deu apenas por meio virtual, e onde diversas comunidades foram incluídas no projeto na segunda fase, de modo que não têm conhecimento anterior sobre o que é uma condicionante de Projeto de Educação Ambiental (PEA), exigida pelo IBAMA no âmbito do licenciamento ambiental federal.

Essa desconfiança frente aos educadores e, muitas vezes, ao próprio projeto, explica também a falta de informação sobre a situação epidemiológica da pandemia em algumas comunidades. Tal estranhamento foi acentuado pelo fato de que a comunicação foi estabelecida apenas por meio virtual, o que muitas vezes não faz parte dos hábitos culturais das comunidades, principalmente daquelas em que o sinal de telefone e internet é restrito. Optou-se, nesses casos, por não forçar um diálogo virtual para os quais muitas vezes os comunitários não estavam abertos.

Em setembro, notou-se o avanço da segunda fase da vacinação nas comunidades e uma diminuição no número de contágios e óbitos, uma tendência que continuará sendo monitorada nos próximos meses.

4. COMUNICAÇÃO REMOTA: DEFINIÇÃO DE INSTRUMENTOS REMOTOS DE MOBILIZAÇÃO E DE APOIO A PROCESSOS FORMATIVOS

4.1. Os desafios da comunicação remota: um olhar para as comunidades tradicionais

O cenário de pandemia da Covid-19 e a consequente necessidade de distanciamento social impuseram à sociedade a rápida e emergencial adaptação a ferramentas digitais de comunicação. A conectividade se tornou fator indispensável para

o funcionamento da dinâmica social, considerando que a continuidade das atividades profissionais, educacionais e pessoais se deu quase exclusivamente por meio do uso da internet.

Esse processo evidenciou uma importante face da desigualdade social, a disparidade de acesso às redes. De acordo com Segura e Bizberge (2021), 33% da população latino-americana não possuem acesso à internet. Essa iniquidade relaciona-se à classe social, à idade e à região, sendo que ao menos metade da população rural, pobre, jovem e idosa não está conectada. Dados do Centro Regional de Estudos para o Desenvolvimento da Sociedade da Informação (2019 *apud* CUNHA *et al.*, 2020) demonstram que 19 milhões de residências brasileiras não possuem internet. Além da impossibilidade de pagar pelo serviço, a desconectividade pode ser explicada também pelo não alcance da rede em determinadas áreas ou pela falta de computadores e outros equipamentos eletrônicos adequados.

Entre os principais grupos afetados por estas barreiras comunicacionais, estão as comunidades tradicionais cujos territórios, normalmente distantes dos centros urbanos, não englobam ou englobam precariamente serviços de internet e telefonia (MARCONDES, 2016). Este cenário, combinado com a alta dependência pela comunicação virtual, tem sido um dos principais desafios em dinâmicas coletivas que exigem constante interação, diálogos, trocas, debates e ações com estas comunidades.

Nas comunidades pesqueiras é possível observar também a dinâmica da exclusão digital. Mesmo os territórios menos afastados ou inseridos em contextos mais urbanizados que, portanto, possuem um maior acesso aos serviços de internet, muitas vezes são excluídos pelo fator cultural. Em diversas áreas do conhecimento, sobretudo na área da educação, o uso de mecanismos como as redes sociais como ferramentas de trabalho durante o isolamento social vem sendo acompanhado do discurso de democratização do conhecimento por meio da comunicação. Contudo, é necessário se atentar para a deficiência dessa “democratização” (FIGUEIREDO & SOUZA, 2021) e refletir sobre quem essas plataformas estão atingindo e de que forma.

De acordo com Colaço & SpareMBERGER (2010), a inclusão digital e o livre acesso à internet e à comunicação é um direito de todos, inclusive para comunidades tradicionais e vulnerabilizadas. Sua utilização, em uma perspectiva contra-hegemônica e crítica, pode facilitar processos organizativos, fortalecer intercâmbios de conhecimentos, ampliar

discussões dos movimentos sociais, dar visibilidade e ser ferramenta de luta. Todavia, esse debate não descarta indagações pertinentes como: de qual forma as tecnologias da informação estão sendo recebidas por estas comunidades? Quais são os impactos destas tecnologias para a identidade cultural das comunidades? As comunidades estão interessadas em se apropriar das ferramentas de comunicação remotas para seus processos organizativos?

No âmbito da educação ambiental (EA) tem sido observada uma expansão dos espaços de comunicação empregados a fim de intensificar a produção de materiais pedagógicos em formato audiovisual relacionados ao meio ambiente. A integração entre EA e tecnologias de informação possibilita novas formas de aprendizagem por meio de um fluxo comunicativo que facilite a construção do conhecimento e transforme os sujeitos também em produtores e difusores das mensagens educativas (RODRIGUES e COLESANTI, 2008; MENDOZA, 2012). Como exemplo desse processo, pode-se citar o uso do Instagram pelo Programa de Educação Ambiental com Comunidades Costeiras (PEAC) para divulgar as principais pautas e desdobramentos do Projeto, bem como disponibilizar conteúdos educativos sobre agricultura familiar, soberania alimentar, demarcação de terras indígenas, entre outros.

Entretanto, faz-se necessário ressaltar que o virtual complementa e potencializa o processo educativo cuja centralidade está na construção de relações pessoais diretas e presenciais. Apesar do campo virtual abrir espaço para integração, participação e articulação, as relações se limitam à superficialidade à medida em que a profundidade destas depende de interações mais complexas que permitem o compartilhamento de sentimentos, sentidos e valores (SOUZA & GUIMARÃES, 2008). À vista disso, Rodrigues e Colesanti (2008) pontuam que, para a comunicação remota ser de fato uma ferramenta cognitiva, deve haver um contexto amplo, rico e contínuo de aprendizagem.

Construir e manter o processo relacional com as comunidades tradicionais a partir dos princípios da educação ambiental crítica apenas com o uso da comunicação remota foi um dos principais desafios do primeiro ano da fase II do Projeto Redes. A seção seguinte foi construída com o objetivo de esmiuçar como foi trabalhada essa questão no decorrer de 2021, apresentando os instrumentos utilizados, as limitações observadas, os avanços conquistados e os caminhos traçados em direção ao aprimoramento do processo.

4.2. Projeto Redes e o contexto de pandemia: ferramentas, limitações e estratégias

Desde o início das atividades desenvolvidas pela Fase II do Projeto Redes, a equipe de coordenação e educadores vêm se apropriando de ferramentas virtuais para construir processos formativos e planejar suas ações coletivamente, devido ao momento crítico pandêmico que o mundo está vivenciando. Dentre estas ações, pode-se destacar o serviço de comunicação por vídeo desenvolvido pela Google, intitulado Google Meet. Seu uso foi facilitado, considerando que as instituições (UNESP, UFF e FIOCRUZ/OTSS) já possuíam o Termo de Cooperação Técnica com a empresa, possibilitando acesso a ferramentas e serviços do G Suite, viabilizando, por exemplo, gravações das reuniões virtuais por parte dos que possuem o e-mail institucional.

Sendo assim, oficinas para orientação dos educadores e educadoras sobre o uso da ferramenta foram ministradas pela equipe de comunicação do OTSS, tanto para uso no computador, quanto para uso em aparelhos celulares. Os procedimentos básicos ensinados foram: como criar uma reunião; como organizar inscrições de falas; como realizar/compartilhar apresentações de powerpoint, músicas, abas da internet; entre outros recursos. Muitos dos educadores e educadoras passaram por dificuldades na utilização do serviço, seja por não estarem habituados ao uso desses tipos de aplicativos, seja por falta de armazenamento ou por problemas técnicos no aparelho celular, pela dificuldade de sinal de internet, entre outros.

Ainda que alguns, mesmo com o passar do tempo, não tenham conseguido superar essas dificuldades, permanecendo mais distantes dos debates e ações formativas do Projeto Redes, outros passaram a ter mais facilidade em utilizar a plataforma, conseguindo solucionar as questões mais técnicas e se apropriar da ferramenta para seu uso com as comunidades. Este foi um avanço expressivo para dar seguimento aos trabalhos em um contexto de pandemia.

Deste modo, atividades como oficinas de formação e planejamento continuado (OFPC); reuniões de planejamento de campo (RPC); reuniões temáticas (RT); ações formativas agrupadas (AFA); reuniões de mesoterritórios e reuniões de grupos de trabalho, como mostra a figura 9, foram realizadas ao longo do ano de 2021 em formato virtual, atentando-se à necessidade de levar as discussões àqueles que possuem uma maior

difículdade de interação remota, construindo capilarizações das informações e debates em torno do Projeto e seus caminhos.



Figura 9: Atividades virtuais formativas e de planejamento desenvolvidas pela equipe do Projeto Redes.

É evidente que a utilização dessas ferramentas para a mobilização e para os processos formativos trouxe um ganho importante para o desenvolvimento do projeto, sobretudo quando se trata de um território onde as barreiras geográficas podem ser um fator limitante. As reuniões virtuais permitem colocar em diálogo pessoas que vivem a centenas de quilômetros de distância, possibilitando trocas e debates ainda mais ricos, que possivelmente não aconteceriam em um contexto de trabalho presencial.

Esse cenário pôde ser observado também na entrada em campo com os comunitários abrangidos pelo projeto. No mês de maio de 2021, os educadores e educadoras iniciaram os contatos virtuais com os pescadores e pescadoras artesanais dos territórios, por meio de visitas de convivência e reuniões de comissão de base, com o objetivo de apresentar a nova fase do Projeto Redes; compreender alguns temas geradores (demandas) que darão base para a construção da Rede de Formação Socioambiental; apresentar a Campanha “Cuidar é Resistir” do Fórum de Comunidades Tradicionais (FCT)⁷ e levantar informações p[REDACTED].

Para que essas ações pudessem avançar, a equipe desenvolveu um trabalho preliminar que pudesse compilar informações indispensáveis para entrada em campo virtual, permitindo visualizar melhor as localidades/comunidades mais desafiadoras para

⁷Nas atividades de apresentação da campanha destacou-se a gravidade da pandemia e seus impactos nas comunidades, que ameaça a sobrevivência e permanência em seus territórios. A experiência da campanha anterior protagonizada pelo FCT em 2020 demonstrou que houve criação e reforço de redes de solidariedade dentro e entre as comunidades, fortalecimento do reconhecimento da identidade tradicional, mobilização e despertar de lideranças comprometidas com ações solidárias, trabalho em equipe com formação dos envolvidos e valorização da produção agroecológica e de pescados com impactos diretos na renda, motivação e satisfação das famílias agricultoras e pescadoras. No âmbito do Projeto Redes, considera-se, portanto, que essas atividades tiveram caráter pedagógico, mas também de buscar contribuir com a organização comunitária por meio de laços solidários.

estabelecer relações remotas. Os dados foram organizados em uma planilha de Excel, intitulada “Infraestrutura e Logística”, a partir de um conhecimento prévio dos educadores apoiadores e mobilizadores que se encontram no território. Uma das categorias que possibilitou essa visualização foi a de comunicação: sinal de internet; informações adicionais; sinal de celular e operadoras utilizadas pelos comunitários. A partir desse levantamento, foi possível analisar a estabilidade de sinal nas comunidades dos três mesoterritórios, havendo uma maior precariedade de comunicação remota nos mesoterritórios do Rio de Janeiro e Interestadual, em relação ao mesoterritório São Paulo. Por outro lado, o mesoterritório São Paulo apresentou uma porcentagem consideravelmente superior de ausência de sinal em relação aos outros dois mesos (28,9%).

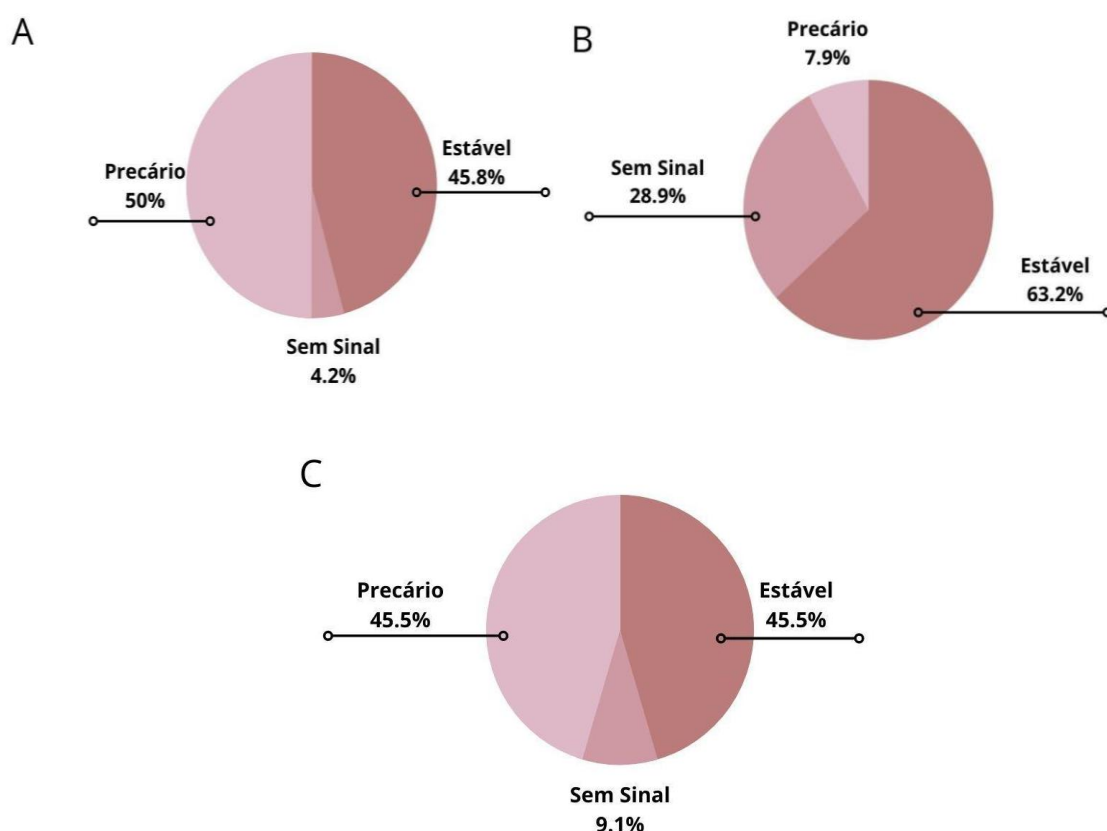


Figura 10: Sinal de internet (estável, precário ou sem sinal): A. Meso RJ; B. Meso SP; C. Meso Inter.

De acordo com o Plano de Trabalho da Fase II do Projeto Redes:

É possível identificar nos territórios da Costa Verde duas situações que colocam os pescadores artesanais em diferentes “contínuos” de campesinidade: por um lado, os pescadores artesanais mais vulnerabilizados devido sua relação de maior intensidade com o processo de urbanização e por outro, pescadores artesanais inseridos em comunidades/localidades que detém um maior grau de campesinidade, em função do seu distanciamento com processos mais urbanizados⁸

Esse cenário dialoga diretamente com a disponibilidade de acesso às redes e aos serviços de internet e os resultados obtidos por meio do levantamento, uma vez que as localidades que apresentam ausência de sinal, ou precariedade, são justamente as comunidades com um maior grau de campesinidade, que vivem nas ilhas e regiões de difícil acesso, sobretudo nos municípios de Ilhabela, Paraty e Angra dos Reis. Algumas delas possuem internet via satélite, ou internet rural, outras precisam se deslocar até pontos que disponibilizam *wi-fi*, como escolas públicas e restaurantes. Esse é o caso, por exemplo, da Ilha de Búzios e da Ilha Vitória, no município de Ilhabela, que têm acesso bastante instável a redes de comunicação. Nesses casos, o diálogo virtual se mostrou insustentável, já que mesmo por WhatsApp muitas vezes as mensagens demoravam dias para chegar aos comunitários, e estavam restritas a serem mensagens curtas.

Esse desafio somou-se também a um outro fator: na segunda fase do Projeto foram incluídas mais 42 comunidades, o que resultou em certa disparidade nos contatos virtuais realizados. Algumas comunidades, em especial aquelas presentes na primeira fase, mantiveram uma comunicação mais contínua com os educadores e educadoras do Projeto. Outras se mostraram mais resistentes ao formato virtual de trabalho, principalmente por já possuírem um histórico de desconfiança com projetos que chegam no território e pouco contribuem com o contexto local, gerando por diversas vezes outros passivos. Também houve aquelas que não foram contatadas nesse momento, a partir de avaliação interna da coordenação junto à equipe de educadores.

Com o intuito de assistir esse diálogo, os integrantes do Grupo de Trabalho de Comunicação construíram um “Kit Chegança”. O *kit* foi composto por um guia explicativo sobre o Projeto Redes em formato PDF; dois *podcasts*, sendo uma versão mais extensa e formal e outra mais resumida e informal; e um vídeo para apresentação do

⁸ Plano de Trabalho Atualizado da Fase II. Projeto de Educação Ambiental da Costa Verde. Petrobras, 2021.

Projeto. O conteúdo abordou questões como: O que é o Projeto Redes? Como surgiu? Em que momento estamos? Onde ocorre? Quem executa? O que o projeto prevê? Por que participar? Estes materiais foram compartilhados com os pescadores e pescadoras artesanais, e demais parceiros, para facilitar a compreensão e inserção do Projeto. Além disso, um roteiro de orientações gerais para retomada dos contatos virtuais com as comunidades já inseridas na fase I e início dos contatos com as comunidades novas foi elaborado e repassado à equipe.

Os contatos virtuais se deram por meio de visitas de convivência (VC), reuniões de comissão de base (RCB) e reuniões de articulação (RA), como mostra a tabela 2. Em relação às VCs, os contatos remotos foram principalmente realizados por mensagens (texto e áudio) de *WhatsApp*, seguidos de ligações pelo mesmo aplicativo; e chamadas pelo *Google Meet* (Figura 11). Já em reuniões de comissão de base, a plataforma do *Google Meet* foi mais recorrente, sucedida por mensagens de *WhatsApp*, principalmente por meio de criação de grupos (Figura 12).

Tabela 2: Compilado das Visitas de Convivência (VC), Reuniões de Comissão de Base (RCB) e Reuniões de Articulação (RA) virtuais realizadas nos três Mesoterritórios ao longo do primeiro ano da Fase II do projeto.

Mesoterritório	VC	RCB	RA
Rio de Janeiro	55	30	5
Interestadual	134	2	-
São Paulo	83	8	-



Figura 11: Ferramentas de comunicação utilizadas para a realização de Visitas de Convivência nos três Mesoterritórios.

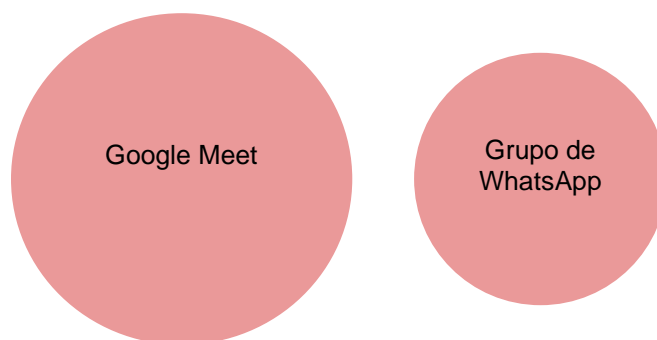


Figura 12: Ferramentas de comunicação utilizadas para a realização de Reuniões de Comissão de Base nos três Mesoterritórios.

Como mencionado, as comunidades são muito heterogêneas entre si. As que se encontram em contextos mais urbanizados ou próximos a centros urbanos, de modo geral apresentam maior facilidade de comunicação, por possuírem acesso mais fácil a sinal de internet e de telefone (o que não significa garantia do acesso à comunicação⁹). De modo geral, nessas comunidades se demonstrou facilitada a comunicação por meio de aplicativos, como WhatsApp.

Foram contatados não somente os pescadores e pescadoras artesanais, mas representantes de instituições e organizações comunitárias como associações, coletivos, colônias de pesca, representantes das Áreas de Proteção Ambiental (APAs), representantes do poder público municipal e estadual, e outros parceiros. Com base neste processo, os educadores e educadoras mapearam as diversas dificuldades do contato remoto, pontuadas na Figura 13.

⁹ Para tanto, seria necessário realizar um diagnóstico mais aprofundado sobre a posse de aparelhos celulares, acesso a redes de Wi-Fi ou internet cabeada, ou ainda acesso a pacotes de dados móveis nas comunidades.

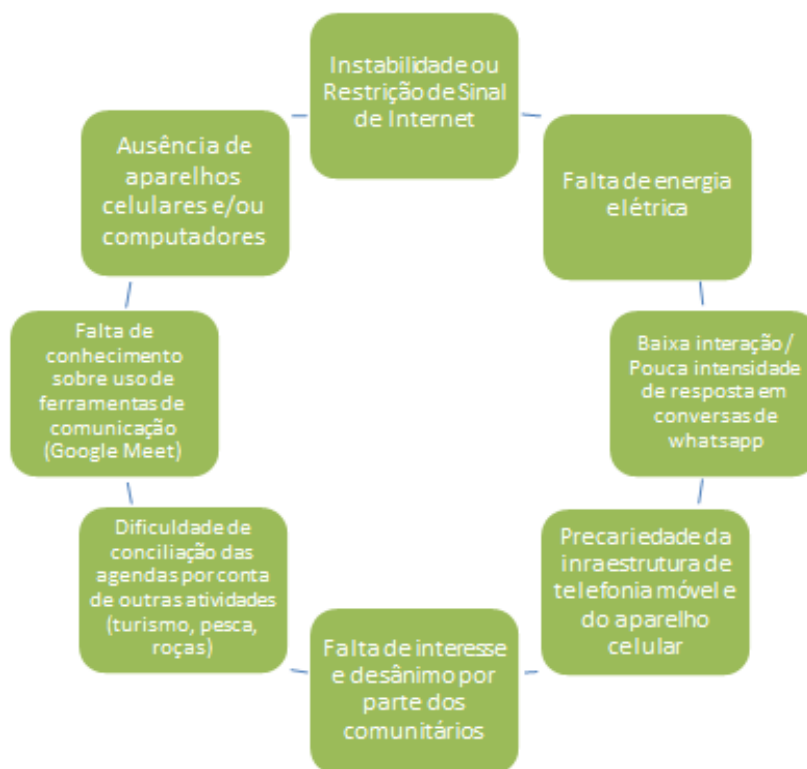


Figura 13: Compilação das dificuldades encontradas nos contatos virtuais com os comunitários.

É evidente que muitos dos desafios apontados acima são estruturais, sendo papel do poder público encará-los com urgência e cautela, como é o caso da falta de energia elétrica, problemas de sinal e precariedade da infraestrutura de telefonia móvel. Outros foram tratados como ponto de atenção por parte da equipe para se pensar estratégias. Algumas propostas foram debatidas e implementadas pelo Projeto, a fim de sanar parte destes obstáculos, conforme esquematizado na tabela 3:

Tabela 3: Caminhos possíveis para solucionar os desafios encontrados nos contatos virtuais com as comunidades.

Estratégias	Descrição
Viabilização de recursos para recargas	Foi disponibilizado mensalmente aos educadores(as) de base e apoiadores(as) um recurso para recarga de seus aparelhos celulares, garantindo a execução dos trabalhos remotos. Em relação aos comunitários, esse recurso foi concebido de acordo com a demanda.
Materiais de apoio - Guia Informativo	A elaboração de um guia informativo sobre como utilizar o <i>Google Meet</i> foi uma forma de instruir, de forma mais didática e fácil, quanto aos passos necessários para instalação e uso do aplicativo àqueles comunitários que nunca tiveram contato com a plataforma (Figura 14).
Incentivo à participação	<p>Em alguns casos, foi observada uma baixa interação e pouco retorno dos comunitários nos grupos de <i>WhatsApp</i>. A fim de estimular e garantir sua participação frente aos debates postos pelos educadores(as), estes optaram pelos contatos individuais.</p> <p>Com o intuito de assegurar a participação dos comunitários que, ainda assim, não conseguiram acessar a ferramenta por outros motivos já citados (ausência de sinal e/ou aparelho celular), a equipe propôs aos que obtiveram maior êxito e facilidade com o uso da plataforma, para que auxiliassem na promoção de participações coletivas (dois ou três comunitários utilizando um único celular ou computador).</p>



Figura 14: Capa do guia informativo de como instalar e utilizar a ferramenta Google Meet, elaborado pelos educadores(as) do Projeto Redes.

Apesar do empenho da equipe em propor estratégias, materiais de comunicação e produzir meios que pudessem auxiliar na capilarização da informação para a participação qualificada dos pescadores e pescadoras artesanais nos espaços formativos e operacionais proporcionados pelo Projeto de forma virtual, ainda houve certa resistência e até mesmo um esgotamento nas interações, culminando em uma grande demanda de encontros presenciais. Mesmo com essas diferenças no que diz respeito ao acesso a redes de comunicação, todos os Mesoterritórios relataram dificuldades em construir relações de trabalho baseadas apenas na comunicação digital. Sugere-se que tais dificuldades estão relacionadas com o fato de que participar de formações, reuniões e demais atividades de longa duração não faz parte do repertório cultural da maior parte das comunidades incluídas no projeto, o que foi um desafio nesse último ano.

Ainda, paralelo à retomada dos contatos para apresentação da segunda fase do projeto aos comunitários, também foi realizado o levantamento situacional sobre a Covid-19 nos 7 municípios que abrangem o Projeto Redes. As informações sobre o quadro pandêmico foram melhor esclarecidas nas comunidades que já atuavam na fase I, em especial nos mesoterritórios RJ e Interestadual. O levantamento da situação epidemiológica, socioeconômica e de acesso à comunicação nas comunidades abrangidas pelo projeto foi realizado pelos educadores junto aos comunitários. Os resultados foram organizados numa planilha de Excel para serem analisados em maiores detalhes e disponibilizados na versão final desse relatório, a ser protocolada no IBAMA até abril/2022.

Além dos diversos entraves socioeconômicos gerados com a pandemia, como a redução das atividades turísticas e dificuldades de acesso às políticas públicas emergenciais, fatores que causaram grandes impactos na renda das famílias, o gargalo da comunicação também pôde ser observado. A falta de informação sobre a vacinação e a Covid-19, ou mesmo propagação de *fake news*, geram dúvidas, desconfiança e medo em alguns comunitários, muitas vezes levando a atitudes negacionistas. Lima *et al.* (2021) em seu trabalho apontam:

Neste contexto de desinformação surge a noção de infodemia, termo que foi cunhado pela Organização Mundial de Saúde (OMS) para categorizar o excesso de informações que dificultam o acesso a orientações sobre COVID-19, compreendido como uma dentre outras formas de desinformação (Organização Pan-Americana de Saúde, 2020). Essa produção concomitante de informação e desinformação por parte de um mesmo emissor sobre a doença e a pandemia gera um ambiente de incertezas e um terreno fértil para a

manipulação da informação com intenções duvidosas. (LIMA, *et al.*, 2021, p. 239)

Os processos organizativos também foram, em alguns casos, dificultados pela pandemia e pelas limitações de comunicação. Algumas associações de pescadores alegam uma baixa participação dos integrantes em reuniões virtuais, o que prejudica a gestão democrática das organizações. Outros pescadores, durante a pandemia, deixaram de participar de alguns espaços de tomada de decisão importantes, como reuniões de conselho da APA Marinha do Litoral Norte, devido ao formato remoto.

Por outro lado, algumas ações foram facilitadas pelas ferramentas de comunicação. Alguns educadores e educadoras passaram a compartilhar informações de fontes oficiais sobre os cuidados com relação à Covid-19 via grupos de *WhatsApp* e via conversas particulares, com o intuito de sensibilizar e esclarecer sobre a importância da vacinação como um esforço coletivo. Calendários oficiais de vacinação, pontos de vacinação e orientações sobre os dias da repescagem para aqueles que não conseguiram se vacinar na data estipulada para a idade também foram partilhadas aos comunitários pela equipe do projeto. Em alguns casos, como na Ilha Montão de Trigo em São Sebastião, houve uma mobilização dos moradores com apoio das educadoras do projeto, para que agentes da Unidade de Saúde mais próxima pudessem se deslocar até a comunidade e vacinar os moradores. O mesmo ocorreu em Ilha Grande, onde associações e coletivos se organizaram para solicitar a vacinação de toda a população local.

REFERÊNCIAS

COLAÇO, T. L.; SPAREMBERGER, R. F. L. Sociedade da informação: comunidades tradicionais, identidade cultural e inclusão tecnológica. *Revista de Direito Econômico e Socioambiental*. v. 1, n. 1. 2010.

CUNHA, L. F. F. D.; SILVA, A. D. S.; SILVA, A. P. D. O ensino remoto no Brasil em tempos de pandemia: diálogos acerca da qualidade e do direito e acesso à educação. *Revista Com Censo* #22, v. 7, n. 3, 2020.

FIGUEIREDO, R. S.; DE SOUZA, L. M. O uso das redes sociais na Educação Ambiental em tempos de isolamento social. *Devir Educação*, v. 5, n. 1, p. 24-42, 2021.

FOOD FOR JUSTICE. “Efeitos da pandemia na alimentação e na situação da segurança alimentar do Brasil”, 2021. Relatório disponível em: <[https://refubium.fu-](https://refubium.fu-berlin.de/handle/document/123456789)

berlin.de/bitstream/handle/fub188/29813/WP_%234_final_version.pdf?sequence=2&isAllowed=y> acesso em outubro de 2021.

LIMA, M. H. T. D. F.; SOUSA, R. S. C. D.; HELLER, B.; VALERIM, P. Fake news, hiper informação, desinformação, fetichismo e pandemia na web. Colóquio Habermas. Anais. Rio de Janeiro: Salute, 2021.

MARCONDES, D.; CORRÊA, C. H. Tecnologias da informação e comunicação na promoção de empreendimentos locais nas comunidades tradicionais caiçaras de Ilhabela (SP). Caderno Virtual de Turismo, v. 16, n. 2, pp. 168-182, 2016.

MENDOZA, M.I E. Proposta de comunicação e educação ambiental através do Facebook e o uso de narrativas digitais. Entramado, v. 8, n. 1, p. 128-139, 2012.

RODRIGUES, G. S. S. C.; COLESANTI, M. T. Educação ambiental e as novas tecnologias de informação e comunicação. Sociedade & Natureza, v. 20, p. 51-66, 2008.

SEGURA, M. S.; BIZBERGE, A. Direitos Digitais Durante a Pandemia de Covid-19 na América Latina. Comunicação e Sociedade, vol. 39, pp. 119-144, 2021.

SOUZA, A. P.; GUIMARÃES, M. Redes como ambiente educativo para a educação ambiental. Revista Brasileira de Educação Ambiental, p. 113, 2008.